

A INGOVERNABILIDADE BRASILEIRA

*José Luis Fiori**

Foi nos anos 70 que o tema da ingovernabilidade passou a ocupar posição de destaque na agenda dos debates acadêmicos e políticos, nos países capitalistas centrais. A revolução de 1968, na França e em vários outros países europeus; a grande ofensiva sindical que se inicia nesta mesma época; os vários desdobramentos políticos dos movimentos da contracultura; a multiplicação dos movimentos sociais a favor da paz, das minorias ou da ecologia; a perda de fôlego militante e eleitoral dos partidos políticos e a ascensão do terrorismo em alguns países incluem-se entre os principais fatos e sintomas que se juntaram à crise econômica internacional, às crises fiscais dos Estados e à impotência das políticas de corte keynesiano para criar o sentimento de que as democracias ocidentais de massa marchavam inevitavelmente para uma situação de ingovernabilidade.

À Direita, vários autores viram nesses acontecimentos os sintomas de uma crise mais profunda, caracterizada como sendo a de um "overloaded government". Brittan e Huntington, entre outros, viram nela a consequência de um "excesso de democracia" e sustentaram, a partir daí, várias propostas, visando desativar o nível de organização e de participação da população e diminuir a presença social e econômica do Estado, num projeto que alimentou as vitórias neoconservadoras e organizou as políticas de corte neoliberal hegemônicas nos anos 80. Pela Esquerda, Habermas e Off, entre outros, viram naqueles mesmos acontecimentos os sinais de uma dupla crise vivida pelos capitalismo avançados, uma "crisis of rational administration" e uma "legitimation and motivation crisis". Esse segundo diagnóstico, em geral, apontou proposições que convergiam em torno da idéia rigorosamente oposta à da Direita, a de uma "democracia participativa expansiva". Mas foi apenas nos anos 80 que o tema da ingovernabilidade passou ao primeiro plano das discussões latino-americanas e das preocupações brasileiras. Chegou aqui por um caminho distinto e numa hora em que quase todo o Continente era governado por regimes autoritários, o que desautorizava qualquer tipo de explicação ou teorização que partisse da idéia de "excesso democrático". No Brasil, em particular, a crise da dívida externa esteve na raiz de um processo que, a partir de 1979, corroeu as bases fiscais e financeiras do Estado e, logo depois, de toda a economia, abrindo portas para uma década de estagnação e de instabilidade política e macroeconômica. Foi nesse contexto que as políticas públicas perderam eficácia e os governos e as próprias leis perderam credibilidade, criando-se uma situação de desobediência civil crônica e de ingovernabilidade crescente. De forma mais profunda e radical que nos países mais avançados, aqui a crise acabou atingindo os governos, o regime político e o próprio Estado, o que não seria inevitável, se, como pano de fundo

* Cientista Político e Professor Titular do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

dessa ingovernabilidade mais aparente, não estivéssemos vivendo também o esgotamento de um pacto e de uma estratégia que sustentaram e orientaram a ação do Estado brasileiro durante o longo ciclo desenvolvimentista. Tese que já desenvolvemos longamente em vários trabalhos, em especial em nossa tese de doutoramento e para professor titular da UFRJ, e sobre a qual não vamos voltar nesta nossa conferência. Interessa ter presente aqui, apenas, o fato óbvio de que nem toda situação de ingovernabilidade indica ou coincide com uma crise mais profunda e orgânica do próprio Estado. E essa é uma diferença básica entre a ingovernabilidade vivida pelos países centrais nos anos 70 e a nossa crise, ingovernabilidade que já se arrasta até a entrada dos anos 90.

Numa definição rápida e mais formal, consideraremos aqui "crise de governabilidade" como sinônimo da perda de capacidade de mando, o que acontece quando em geral duas coisas se fragilizam ou duas coisas se vêem reduzidas: a força e os recursos dos governos. Nessas situações erode-se aquilo que Max Weber tomou como essencial à própria definição do Estado, isto é, o monopólio do uso da força em determinado território. Quando o uso da força se vê impedido ou fragilizado por alguma razão, enfrentamo-nos com uma situação de erosão do poder estatal, do poder de governar. Vários motivos podem levar a uma perda de força. A própria diminuição dos recursos, que no caso do Estado são recursos predominantemente fiscais, em geral leva à perda da capacidade de mando, a uma perda de força. Mas se pode perder força estando bem fiscalmente. Pode acontecer que o Governo perca força, perca legitimidade junto à população. Em outras palavras, não encontra resposta positiva ao seu mando: ordena e não é obedecido. Como dizia um dos nossos ministros de economia: "a gente tem feito tudo direitinho, a gente manda e a sociedade não obedece". Quando se manda e a sociedade não obedece, é porque se está frente a uma situação de deslegitimação ou de falta de credibilidade do poder. Isso é muito problemático e perigoso e precisa ser melhor examinado, porque muitos acreditariam que a única solução possível passaria, nesse caso, por um aumento autoritário da força desses governos. Foi o que ocorreu na Argentina em 1976. Martinez de Hoz, Ministro da Fazenda, fez uma política liberal radical, apoiado num regime ferozmente autoritário e arrasou a Argentina. Não deu resultado, apesar do uso da força.

O mesmo está hoje acontecendo frente a outra situação limite, o que estamos vendo na Iugoslávia. Eis ali uma situação de governo que perde capacidade de comando em todos os sentidos. Há demonstração clara de que o Estado se esfacelou. No Brasil não chegamos ainda, nem de longe, a uma situação parecida com essa.

Todavia há sinais inequívocos de que já estamos vivendo uma perigosa perda de capacidade de comando no País, o que é perceptível em vários planos.

Perda de capacidade de controle da ordem. A lei antecede a moeda. Sem lei não há moeda, e isso é uma dificuldade para os monetaristas entenderem, pois sem poder não há moeda. Tal fato já havia sido percebido por Adam Smith.

Há espaços crescentes do território brasileiro que se tornaram amplos territórios de ilegalidade. Assim como o mercado tem uma espécie de compulsão implacável à universalidade, a lei também se expandiria pelos espaços onde se articula uma estrutura homogênea de poder. Em outras palavras, frente à lei não há vácuo, pois ela tende a homogeneizar os espaços. Não estamos falando de um futuro que se anuncia nos anos 90, onde se supõe que a totalidade do espaço onde o Estado vige as leis são respeitadas e os cidadãos são protegidos contra qualquer tipo de desrespeito à lei. Pelo contrário, o tema que até recentemente vinha ocupando 80% da nossa imprensa

é o da violência. Oito, entre 10 páginas, falavam sobre fatos e acontecimentos que rigorosamente eram, todos, a negação da lei. Se há uma economia submersa, seria também de se falar de uma Justiça submersa, de uma legalidade submersa? O Rio de Janeiro virou uma espécie de protótipo. O Rio de Janeiro vive hoje à base de territórios de ilegalidade rigorosamente impenetráveis. Isso diz respeito tanto à classe alta quanto à classe baixa. Os bairros do Rio de Janeiro hoje são cada vez mais fortalezas trancadas, muradas, com guardas privados que cuidam as portas. Há dentro da cidade uma espécie de retorno à feudalidade. São barões que controlam bairros, que controlam favelas, provavelmente "barões-ladrões" dos dois lados. Todavia a Justiça levada a cabo pelas mãos dos privados, sejam eles quem sejam, vem se generalizando no País de uma forma velocíssima, espantosíssima.

Essa espécie de descontinuidade legal, essa espécie de zonas de indeterminação legal, zonas de injustiça submersa, é uma variante de uma coisa que, no passado, durante o regime autoritário, nós chamávamos de "casuismo". Era casuismo na Legislação Eleitoral, era casuismo para ganhar eleição. Mas casuismo no seu sentido mais amplo significava exatamente o uso do arbítrio e do poder. Puro e simples. Cru. Para modificar as leis em função das circunstâncias dos interesses de cada grupo. Isso é o que se chamava casuismo. Nós talvez tivéssemos contato com o casuismo mais simples. Mas queremos levantar aqui, de forma bruta, dura, um dos traços que, nos parece, perpassa a trajetória do Estado desenvolvimentista. É que ele, quase regularmente, durante todo o seu tempo de existência, fez o uso arbitrário da lei. E alterou a lei em função de circunstâncias e de composições de poder que estiveram sempre por cima do princípio de universalidade do Direito e da Constituição. As próprias Constituições foram alteradas quase tanto quanto as políticas monetárias e as políticas fiscais. A idéia anglo-saxônica da lei como princípio de constituição da cidadania, da lei como princípio de vigência universal, foi permanentemente desrespeitada durante a larga vigência do nosso Estado desenvolvimentista. É como se nós não tivéssemos assistido, durante esses anos de desenvolvimentismo no Brasil uma universalização do mercado, que sempre foi muito mais a companheira de Hobbes do que companheira de Locke ou, quem sabe, companheira de Calvino. É um mercado que sempre foi empurrado por um utilitarismo cru, de maximização individualista, com escassíssimo respeito pela idéia de que algumas regras têm que ser comuns para todos. Isso é o princípio elementar da convivência plural, liberal e democrática.

Perda do controle da moeda. O Estado moderno nasce montado em três aspectos básicos: moeda, lei e canhões. Aliás, diria o contrário: canhões, moeda e lei. A última para arrumar as coisas após a passagem dos canhões. Poderíamos acrescentar, em quarto lugar, a burocracia para recolher a moeda, bater em quem desrespeita a lei e carregar os canhões nas costas.

A perda de capacidade de controle da moeda é tão séria quanto a perda de capacidade de controle da ordem. A perda de capacidade de controle da moeda por parte do Estado brasileiro tem se manifestado de forma mais aguda nos anos 80 devido à hiperinflação contida. Mas talvez a manifestação mais séria da perda da capacidade de controle da moeda não esteja só na externalidade da inflação, ou nessa ginástica hercúlea que os governos fazem de tentar recuperar o poder pela via da subida da taxa de juros, ou no fato de que já não é só o Governo quem controla a oferta de moeda no mercado. É como se a edição fosse exógena ao Governo; o Governo não tendo capacidade de controle. Ele pode fazer uma política de taxas de juros altas, mas isso é completamente diferente de ter o controle efetivo da moeda disponível no mercado.

Sobre essa segunda perda de controle, uma pequena nota provocadora, dizendo o seguinte: outra marca do Estado desenvolvimentista — condição de possibilidade do seu sucesso — foi exatamente a ruptura do padrão-ouro, no final da I Guerra Mundial. O Estado brasileiro usou, desde então, com algumas pequenas exceções, como em 1939 e 1946, a paridade da moeda com o dólar, trabalhando com a moeda fiduciária e arbitrando o valor da moeda mais ou menos com a mesma liberdade com que arbitrou o valor das leis. Talvez aí esteja uma das dificuldades mais cruciais e essenciais da nossa experiência desenvolvimentista. Nunca tivemos muito claro nem o valor do dinheiro nem o valor da lei, o que não é uma novidade. Hoje há uma exasperação de um traço essencial da trajetória do Estado desenvolvimentista.

Perda da capacidade de autofinanciamento, a crise fiscal. O Estado perde a capacidade de financiamento a partir de 1983, 1984, 1985 e já não é só uma perda de capacidade de gastos com investimento. Hoje o Estado se aproxima da própria inadimplência com relação aos gastos de custeio. O Estado deve e não nega. A falência do Estado está levando à falência do funcionalismo.

A partir de 1989, no Governo Collor, não se pode negar que foi feito um violento esforço de limitar gastos públicos. O Estado está rigorosamente cortando gasto de custeio e sem capacidade de aumento da arrecadação. Só agora estamos na primeira reforma fiscal cuja intenção não é de investir e, sim, de estabilizar a moeda.

Outra provocação: um breve comentário sobre a história pregressa dessa dificuldade. As crises fiscais fazem parte cíclica da trajetória do Estado desenvolvimentista brasileiro. Esse Estado viveu crises fiscais periódicas durante todos os seus 50 anos de sucesso. Essa crise fiscal decorre da resistência pertinaz de nossos contribuintes em potencial, sejam eles empresários ou a classe média, uma classe média reduzida. A Receita Federal contabilizou que este ano, por exemplo, 1.900.000 contribuintes apuraram saldo a pagar e apenas 330.000 empresas apresentarão declaração, num universo de dois milhões de pessoas jurídicas (JB, 11.12.91, p.3 e FSP, 26.12.91, p.1-2). As nossas classes dominantes sempre tiveram uma capacidade de veto constante a qualquer tentativa de revitalização do Estado. De tal maneira que a carga fiscal brasileira chegou a estar, no ano passado ou no anterior, próxima a 19%, 20%. Agora está novamente em 24%, 25%. No entanto esse não é um fenômeno exclusivo do Brasil. A mexicana e a argentina estão por volta de 24%, 25%. Agora pasmem: a chilena é de 38%, um nível praticamente europeu. Veja-se o Brasil: cortamos a carga fiscal antes de virarmos neoliberais. Vejamos mais profundamente essa questão.

Na década de 80, considerada a década neoconservadora, neoliberal na Europa, deu-se o caso de que a carga fiscal média dos países europeus subiu de 42% para 48%. Na era do neoliberalismo! A nossa está em 25%. O cálculo mínimo que fazem hoje os economistas para que o Estado tenha alguma recuperação, capacidade de manobra ou de implementação de políticas públicas teria que dar 10%, 12% de recuperação. Teria que subir mais ou menos ao nível da carga chilena: 32%, 38%. Com uma economia em crescimento, a recuperação necessária levaria pelo menos uma década. Portanto, a previsão pelo ângulo fiscal é extremamente complicada, e, de fato, estamos frente a um Estado falido sob esse ponto de vista.

Perda de capacidade de financiamento de investimento. Voltamos a afirmar que crises fiscais são uma marca crônica do Estado desenvolvimentista. Só que, a cada uma das crises fiscais, em geral se resolvia o problema de financiamento do setor

público ou pela via de algum tipo de reforma fiscal, como, por exemplo, Bulhões e Campos realizaram em 1967 e 1968, ou recorrendo ao endividamento externo, coisa que, neste momento, está vetada. Tem-se agora a fatídica conjunção de uma crise fiscal com uma crise financeira internacional, que conduziu o Estado a uma perda da capacidade de investimento. Essa perda decorre da anterior, mas não necessariamente, se tivéssemos outras fontes que não fossem puramente fiscais.

Essa combinação de uma crise fiscal com uma crise da dívida externa, alimentando-se mutuamente desde 1982, é denominada por alguns economistas de "ciranda financeira". Isto é, para segurar a dívida externa, é necessária a compra de cambiais, que, ao contrário do Chile e do México, não são do Estado. Para a compra de cambiais, é preciso emissão, e assim por diante. Essa história é bem conhecida.

Com isso, exauriu-se completamente a capacidade do setor público de alavancar qualquer tipo de crescimento. O golpe mortal no setor público deu-se em 1982. O início do golpe, na verdade, deu-se em 1978, 1979, com a subida da taxa de juros nos Estados Unidos e também com o segundo choque do petróleo. É evidente que isso pesa na nossa conta comercial, mas o golpe para valer deu-se com a moratória mexicana em 1982, quando fomos alijados do sistema financeiro internacional, e, portanto, ficamos sem condições de segurar nossa dívida pública e muito menos de financiar investimento interno. O nosso desenvolvimento esteve assentado sobre o tripé: empresa internacional, nacional e estatal. Saiu o sócio externo, faliu o grande sócio interno, e o sócio menor passou a se dedicar a faturar especulando em cima do Estado.

Perda de capacidade de desenhar novos horizontes de investimento. Alguns poderiam afirmar que isso decorre dos dois pontos anteriores. É verdade que os recursos são escassos, não há recursos para investir. Há um fenômeno estrutural na década de 80 que nada tem a ver com a crise macroeconômica e que, para o bem ou para o mal da história de nossa crise, converge, se soma, a nossa crise macroeconômica. Esse fenômeno deve-se a avanços tecnológicos e científicos que já vinham dos anos 50, mas que se plasmaram como uma alternativa tecnológica de produção e de organização da produção, sobretudo em resposta à crise dos anos 70, e que tiveram, no Japão, sua ponta de lança. É o que agora se chama III Revolução Industrial.

Geisel completou, com o II PND, o desenho, o projeto, o programa da II Revolução Industrial no Brasil. Com 100 anos de atraso. A primeira também atrasou 100 anos, completando-se em 1930, quando na Europa se completou em 1830. Hoje as coisas estão mais rápidas, não se pode esperar 100 anos. Geisel foi um passo vitorioso do ponto de vista econômico, no sentido de completar o que seria o desenho manufatureiro proposto pelos Estados Unidos no Pós-Segunda Guerra Mundial e que quase todas as economias capitalistas copiaram ou fizeram mais ou menos igual. O Brasil já tinha o desenho pronto. Era uma grande vantagem. Hoje não se tem: o modelo japonês é inimitável.

Perda de capacidade de articular o atraso e a modernidade. O Estado desenvolvimentista sustentou-se sobre uma coalizão social que conseguiu confraternizar, de uma maneira inteligente e perversa, a manutenção de vantagens e situações de proteção que fizeram com que os setores econômicos mais atrasados da nossa agricultura, ou da nossa agroindústria, ou da nossa indústria manufatureira não quebrassem no caminho. Todos sobreviviam. Esse era o grande segredo desse trezinho da felicidade que foi a trajetória desenvolvimentista brasileira.

A fórmula pela qual o Estado desenvolvimentista, que hoje está em crise, usou para permitir a convivência sem exclusão do atraso e da modernidade foi a de fuga para a frente, ou seja, fugimos para frente, financiando a todos com crédito fácil, sem que o Estado fizesse centralização financeira e se fortalecesse fiscalmente. Por algum tempo, fez-se isso com inflação e, mais tarde, com endividamento.

Perda de capacidade de manter sob controle o processo de incorporação dos novos atores e das novas demandas sociais. De certa maneira, de 1930 até 1985, as nossas elites e sua coalizão modernizante conservadora e desenvolvimentista souberam manter o povo, como se dizia em outros tempos, no seu "devido lugar". Ora usando simplesmente a polícia, ora usando variadas formas de cooptação e clientelismo. Mas, ao contrário do que aconteceu no Chile, na Argentina e no México, onde a cooptação foi efetivamente autoritária, no Brasil, conseguiu-se manter sob controle a multiplicação de demandas. O controle foi realizado num quadro absolutamente fantástico de transformações sociológicas e demográficas que o País viveu entre os anos 50 e os anos 80. O Estado autoritário e desenvolvimentista conseguiu manter a utopia do crescimento que nos traria o sucesso no futuro, sendo eficiente nesse sentido.

A partir de 1978, 1979 e durante os anos 80, quebrou-se essa crença. Em meio à crise, fala-se da possibilidade de retorno ao autoritarismo. Não acreditamos muito nisso, menos por essa lógica fácil de populismo-autoritarismo e mais por uma visão que leve em consideração uma sociedade que vai se industrializando e complexificando.

Perda da capacidade de impor-se às instâncias subnacionais: a guerra fiscal. Sintoma: o problema do separatismo no Brasil. Uma pesquisa de jornal relata que, na Cidade de Porto Alegre, mais de 30% da população é favorável à separação do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina do resto do País. O mesmo acontece com nordestinos e paulistas: todos querendo se separar. Mas o que espanta é uma visão não litigiosa do processo. Nada que se aproxime à sugestão de Madame Cressant na França, de colocar os imigrantes em aviões e mandá-los de volta para os territórios. O que está por trás da reportagem é a guerra fiscal pesadíssima no Congresso.

Deterioração acelerada das burocracias do Estado. O Estado brasileiro tem uma organização burocrática bifurcada desde Vargas. Uma burocracia econômica competente, com alto nível de formação dos quadros e com alta taxa de descaso com relação às demandas sociais. O País soube montar grandes burocracias, como o BNDES, a PETROBRÁS, as empresas públicas, o Itamaraty, além de burocracias sociais que primaram, em boa parte de sua trajetória, por serem burocracias extremamente permeáveis a demandas sociais, ao clientelismo, com baixo nível de qualificação técnica. Foram necessários 50 anos para montar essa burocracia que vem sendo atacada de uma maneira muito fácil, confundindo avaliações. Assim, a PETROBRÁS, a Vale do Rio Doce, o BNDES, empresas que foram extraordinariamente competentes, estão sendo atacadas de modo indiscriminado, o que é altamente pernicioso, porque, uma vez desmontadas, levaremos décadas para reconstruí-las.

Agora, como se deu a perda desse comando central que estivemos descrevendo? Começou a partir dos anos 70, e a sensação que se tem na entrada dos anos 90 é de como se tivesse sido resultado de uma necessidade implacável e irreversível, o que não é verdade. Foi resultado de opções e decisões perfeitamente livres. Já foram amplamente apontadas as raízes da crise macroeconômica. Mas agora gostaríamos de chamar atenção aqui para algumas decisões e fatos políticos que ocasionaram essa perda de comando.

Em primeiro lugar, o avanço político-eleitoral das oposições, que ocorreu a partir de 1974, quando o Gen. Geisel havia recém-tomado posse e optado por uma estratégia de abertura política controlada.

Em segundo lugar, destacamos o que ocorreu em 1981 e 1982, quando Petrônio Portela morreu e a bomba do Rio-Centro desalojou Golbery do comando estratégico da abertura controlada. Apesar de todas as ressalvas que se faça ao Golbery, a concepção que ele tinha da transição, inclusive a perspectiva em que antevia poder trocar a Constituinte pela política econômica que Delfim estava fazendo, é algo muito mais parecido com o modelo espanhol de transição. Na Espanha, quem comandou a transição foram os conservadores, com uma política econômica conservadora e com a aquiescência da Esquerda. Não foi como aqui, onde um conservador teve que entregar o Ministério à Esquerda para poder se segurar. Enfim, essas coisas que só acontecem no Brasil.

Em terceiro lugar, devemos levar em consideração o que aconteceu no âmbito sindical a partir de 1977. Tudo isso são coisas decisivas para quem quiser estudar a história da democratização, a história da origem conjuntural da crise do Estado brasileiro, entendendo por crise do Estado uma crise mais ampla do que aquela que se manifesta apenas no plano macroeconômico.

Por fim, gostaríamos de chamar atenção para uma outra opção decisiva na destruição do Estado desenvolvimentista: a tomada de posição do empresariado paulista em 1977, 1978, que apareceu na forma de um manifesto assinado pelos 10 empresários mais representativos do País e que contém elementos importantíssimos para a compreensão da mudança que veio a ocorrer. Era um manifesto antiestatista e democrático, escrito claramente por notórios intelectuais.

Pela primeira vez, aparecia no País uma formulação, um embrião de uma coalizão de sustentação de uma estratégia diferente da que vinha sendo implementada pós 64. Era uma estratégia capitalista com certo toque reformista. Um pequeno detalhe: para os intelectuais, o Estado seguia cumprindo um papel decisivo e com democracia; para os empresários, o processo deveria ser democrático, mas com o Estado retirando-se completamente. Essa foi uma particularidade que não ficou muito clara naquele manifesto, mas ficou muitíssimo quando os empresários traíram Funaro. No caso, o golpe não veio do atraso, mas, sim, da própria modernidade paulista. Um fato ainda pouco analisado. Nossa hipótese é de que essa aliança ruiu porque o empresariado jamais aceitou o projeto tal como foi concebido naquele momento e por muitos outros antes dele, no estilo Geisel. Aquilo que se poderia chamar de "a visão desenvolvimentista prussiana". Há dois anos, escrevemos um artigo na revista *Ensaio, Sonhos Prussianos, Crises Brasileiras* (Fiori, 1990), tentando defender a tese de que houve dois momentos em que se sonhou que o Brasil poderia ser a Prússia. Um foi com Vargas, em 1937, e durou uns três meses. O outro foi com Geisel, em 1976, e durou alguns anos. Mas também fracassou, liquidando o regime autoritário. Pensamos que o projeto Geisel, assim como vários outros projetos — e isso implicaria analisar a crise internacional que vivemos nesse momento — foram rigorosamente vetados pelos Estados Unidos. Só foram admitidos porque, naquele momento, os Estados Unidos estavam fragilizados e esses projetos foram financiados com eurodólares. Após a vitória conservadora de 1978, 1979, com a Sra. Thatcher e Reagan, houve uma reversão, e todas as tentativas de saídas mais fortemente prussianas foram vetadas, incluindo o próprio projeto "nacional" de Mitterrand, mas gostaríamos de chamar mais atenção para o veto

interno. O projeto desenvolvimentista foi enterrado em 1977 pelo empresariado paulista, que via na estratégia Geisel algo completamente diferente da estratégia Delfim e Médici. Via ali o que eles chamavam de um "projeto capitalista de Estado". Algo que sempre foi intolerável para a nossa burguesia e que ninguém havia proposto com tanta audácia quanto Geisel. Ali se rompeu a solidariedade e a coalizão dominante. Por essa porta, avançou a oposição com ampla liberdade e financiamento. Por essa porta, avançou a crise final do Estado desenvolvimentista. Por essa porta, ainda segue avançando a ingovernabilidade brasileira.

Bibliografia

- FIORI, José Luis (1990). Sonhos prussianos, crises brasileiras - leitura política de uma industrialização tardia. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.11, n.1, p.41-61.
- FOLHA DE SÃO PAULO (26.12.91). São Paulo. p.1-2.
- JORNAL DO BRASIL (11.12.91). Rio de Janeiro. p.3.
- ZERO HORA (8.8.91). Porto Alegre. p.27.